REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA (RSPB)

CNPJ 46.030.318/0001-16

Relatório da Administração

Aos Associados: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter a apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Fluxo de Caixa, assim como as Notas Explicativas das Demonstrações correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015. (Valores expressos em reais)

ATIVO	nota	2016	2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	152.619	320.987
Clientes	5	2.095.862	4.519.749
Estoques	6	1.310.819	1.315.863
Adiantamentos	7	169.776	162.291
Total do ativo circulante		**3.729.076**	**6.318.890**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Moratória Pró-SUS	8	49.018.910	49.018.910
Outros créditos	-	-	7.641.325
Depósitos judiciais	-	1.301.664	1.123.379
Investimentos	9	4.818.312	3.139.931
Imobilizado	10	23.504.407	24.279.786
Total do ativo não circulante		**78.643.293**	**85.203.331**
TOTAL DO ATIVO		**82.372.369**	**91.522.221**

PASSIVO	nota	2016	2015
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	2.443.634	3.165.733
Acordos com fornecedores	12	1.122.049	1.152.973
Fornecedores	-	4.772.436	6.659.460
Honorários médicos	-	2.677.508	2.386.550
Obrigações sociais	13	7.217.712	5.208.124
Adiantamentos de clientes	-	9.257.751	1.602.869
Obrigações tributárias	14	14.067.892	15.413.056
Obrigações tributárias (Parcelamento)	15	1.781.160	795.479
Outras contas a pagar	-	1.089	1.245
Total do passivo circulante		**43.341.231**	**36.385.489**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	10.327.755	7.063.938
Fornecedores	16	6.240.671	6.361.815
Acordos com fornecedores	13	1.060.000	1.300.000
Provisão de contingências	17	673.500	2.502.881
Obrigações tributárias (Parcelamento)	15	24.345.003	14.542.413
Tributos Pró-SUS (moratória)	8	49.018.910	49.018.910
Total do passivo não circulante		**91.665.839**	**80.789.957**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimonio social	-	17.153.825	17.153.825
Reservas de reavaliação	-	10.209.882	10.209.882
Reserva de moratória - Pró SUS	-	49.018.910	49.018.910
Déficits acumulados	-	(129.017.318)	(102.035.842)
Total do patrimônio líquido		**(52.634.701)**	**(25.653.225)**
TOTAL DO PASSIVO		**82.372.369**	**91.522.221**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015. (Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Reservas de reavaliação	Reserva de moratória - PRÓ SUS	Déficits acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**17.153.825**	**10.886.722**	**49.018.910**	**(91.013.170)**	**(13.953.713)**
Resultado do exercicio	-	-	-	(1.922.887)	(1.922.887)
Realização da reserva de reavaliação	-	(676.840)	-	676.840	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**17.153.825**	**10.209.882**	**49.018.910**	**(102.035.842)**	**(25.653.225)**
Resultado do exercicio	-	-	-	(19.067.324)	(19.067.324)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(7.914.152)	(7.914.152)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**17.153.825**	**10.209.882**	**49.018.910**	**(129.017.318)**	**(52.634.701)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015. (Valores expressos em reais)

	2016	2015
Déficit liquido do exercicio	(19.067.324)	(9.776.625)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercicio	**(19.067.324)**	**(9.776.625)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015. (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Real Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas é uma sociedade civil fundada em 20 de julho de 1873, de fins não econômicos, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal respectivamente pelo Decreto Federal de 08/10/1996; Lei Estadual nº 4.402, de 27/11/1957; e Lei Municipal nº 1.971, de 23/12/1958.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a lei 11.638/2007, 11.941/2009 e suas respectivas alterações, o pronunciamento técnico PME – contabilidade para pequenas e médias empresas e demais dispositivos legais e normativos pertinentes às Instituições de Fins Filantrópicos, as Resoluções CFC nº 1.159/09 e nº. 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 13 de fevereiro de 2017.

3.PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1.MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o real (R$). 3.2. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS. São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável: i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; ii) a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário; iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. 3.3. RESULTADO. O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício. 3.4. ATIVOS CIRCULANTES. a. Caixa e equivalentes de caixa. São representados por dinheiro em caixa, saldos em conta corrente (bancos) e aplicações financeiras, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização. b. Contas a receber. As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A Entidade revisa anualmente a necessidade de ajuste de seus recebíveis a valor presente. Também são reconhecidos como Estimativa para Perdas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa (EPCLD), valores vencidos a mais de 360 dias cujos processos de cobrança foram efetuados e a Administração, em conjunto com a controladoria, entendem que não serão realizados por meio de recebimento. c. Estoques. Os estoques estão demonstrados ao custo médio ponderado. A administração providenciou a adequação dos controles e realização de inventário físico, através de contagens periódicas para que seja possível a mensuração da quantidade e valorização adequada. 3.5. ATIVOS NÃO CIRCULANTES. a. Imobilizado. É registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos bens. 3.6. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES. Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável. 3.7. PASSIVOS CIRCULANTES. São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável. 3.8. DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES. São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros. 3.9. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. Foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixas, emitido pelo CPC. As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes: · Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento. ·Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividade operacional e de financiamento. ·Atividades de financiamentos: são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Caixa	3.869	10.537
Bancos	48.750	210.450
Títulos de capitalização	100.000	100.000
	152.619	**320.987**

5. CLIENTES

	2016	2015
Convênios a receber	1.722.383	1.322.819
SistemaÚnico de Saúd - SUS	1.633.162	1.637.205
Outros créditos	104.927	120.052
Sócios remidos	45.052	111.893
Aluguéis	25.600	24.782
Cheques devolvidos	19.283	19.283
Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência	-	2.351.361
Provisão para perda sobre crédito	(1.454.545)	(1.077.646)
	2.095.862	**4.519.749**

6. ESTOQUES

	2016	2015
Materiais e medicamentos	1.098.495	1.056.601
Outros estoques	185.400	189.393
Gêneros alimentícios	26.924	69.869
	1.310.819	**1.315.863**

7. ADIANTAMENTOS

	2016	2015
Fornecedores	164.167	155.963
Seguros	5.609	6.328
	169.776	**162.291**

8. MORATÓRIA PRÓ-SUS

Em 24 de outubro de 2013 foi expedida a lei nº 12.873, que entre outros assuntos, dispõe sobre o programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde. "PRÓ-SUS". Uma das principais finalidades do programa é promover a recuperação de créditos tributários e não tributários devidos à União e terá duração de 15 anos. A Administração da Entidade aderiu ao programa PRÓ-SUS e passou a ter como benefício, a partir de 2015, a remissão dos tributos em atraso, no mesmo montante dos tributos correntes pagos. Conforme o item 4.8 do pronunciamento contábil - CPC 00 – conceitual básico, "o benefício econômico futuro incorporado a um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade". Assim, a Administração reconheceu como ativo não circulante, em contrapartida com o patrimônio líquido "Reserva de moratória – PRÓ SUS", o montante de R$49.018.910, que compreendem o total de tributos federais inclusos no programa PRÓ-SUS, que poderão ser liquidados automaticamente, sem desembolso de recursos, com a remissão dos passivos instituídos pelo programa. Em suma, a liquidação dos tributos que estavam vencidos, serão liquidados na mesma proporção dos tributos correntes pagos, consolidados anualmente. A realização dos benefícios econômicos futuros, ocorrerão conforme pagamentos dos tributos correntes, em contrapartida com a rubrica de "Reserva de moratória – PRÓ SUS". Assim, anualmente a Entidade consolidará os valores pagos e reconhecerá o benefício da moratória, reduzindo o ativo e o patrimônio líquido. A rubrica do passivo não circulante "Tributos PRÓ-SUS Moratória" será reduzida em contrapartida com o resultado "Outras Receitas Não Operacionais", à medida que a remissão da dívida tributária seja consolidada anualmente. Em decorrência da dificuldade financeira encontrada pela entidade, os tributos a partir de 2015 não foram recolhidos em sua totalidade, portanto não houve nesse período, a remissão dos tributos vencidos que se realizariam pelos pagamentos dos tributos do período, em sua maioria, tributos retidos na fonte. A administração está ciente de que o não recolhimento dos tributos poderá retirar a Entidade do Programa, porém ressalta que o mesmo tem duração de 180 meses, período pelo qual a dívida ficará congelada em virtude da moratória.

9. INVESTIMENTOS

Está representado por imóveis destinados a renda com aluguéis.

10. IMOBILIZADO

Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2016	Líquido 2015
Edifício social	15.631.284	(6.356.722)	9.274.562	12.386.621
Reavaliação edifício social	13.519.428	(3.785.440)	9.733.988	7.787.958
Aparelhos médicos e instrumentais	3.050.137	(1.808.868)	1.241.269	987.884
Móveis, utensílios e equipamentos	2.370.875	(1.670.429)	700.446	902.025
Reavaliação de outros imóveis de uso	1.472.836	(412.394)	1.060.442	1.200.299
Outros imóveis de uso	1.387.981	(300.256)	1.087.725	1.008.989
Veículos	158.508	(82.692)	75.816	-
Utensílios de copa e cozinha	101.174	(62.330)	38.844	-
Equipamentos de informática	610.197	(328.700)	281.497	-
Centro clínico	-	-	-	-
Ferramentas e utensílios de manutenção	31.929	(22.111)	9.818	6.010
	38.334.349	**(14.829.942)**	**23.504.407**	**24.279.786**

Mapa de movimentação do imobilizado

Custos	2015 Final	Adições	Baixas	(i) Ajustes e Transferências	2016 Final
Edifício social	15.631.284	-	-	-	15.631.284
Reavaliação edifício social	13.519.428	-	-	-	13.519.428
Aparelhos médicos e instrum.	2.367.987	201.678	-	480.472	3.050.137
Móveis, utensílios e equipamentos	2.648.697	369.609	-	(647.431)	2.370.875
Reav. de outros imóveis de uso	1.472.836	-	-	-	1.472.836
Outros imóveis de uso	1.387.981	-	-	-	1.387.981
Veículos	129.157	1.251	-	28.100	158.508
Utensílios de copa e cozinha	-	5.922	-	95.252	101.174
Equipamentos de informática	562.991	20.109	-	27.097	610.197
Ferramentas e utensílios de manut.	15.419	-	-	16.510	31.929
	37.735.780	**598.569**	**-**	**-**	**38.334.349**
Depreciação acumulada					
Edifício social	(5.731.471)	(625.251)	-	-	(6.356.722)
Reavaliação edifício social	(3.244.663)	(540.777)	-	-	(3.785.440)
Aparelhos médicos e instrum.	(1.380.103)	(428.765)	-	-	(1.808.868)
Móveis, utensílios e equipam.	(1.534.686)	(135.743)	-	-	(1.670.429)
Reav. de outros imóveis de uso	(353.481)	(58.913)	-	-	(412.394)
Outros imóveis de uso	(238.347)	(61.909)	-	-	(300.256)
Veículos	(188.858)	(31.801)	137.967	-	(82.692)
Utensílios de copa e cozinha	-	(62.330)	-	-	(62.330)
Equipamentos de informática	(774.976)	(119.822)	566.098	-	(328.700)
Ferramentas e utensílios de manut.	**(9.409)**	**(12.702)**	**-**	**-**	**(22.111)**
	(13.455.994)	**(2.078.013)**	**704.065**	**-**	**(14.829.942)**
Imobilizado líquido	**24.279.786**	**(1.479.444)**	**704.065**	**-**	**23.504.407**

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento última parcela	Circulante	Não Circulante	2016
Reneg. CAPM PJ	0,75%	25/10/2023	(848.458)	(5.029.473)	(5.877.931)
Uniwork Rotativo	0,75%	25/12/2026	(192.600)	(1.760.689)	(1.953.289)
CCB	1,87%	17/09/2018	(801.929)	(621.495)	(1.423.424)
Garantia de SUS	1,55%	15/11/2010	(246.188)	(732.410)	(978.598)
Uniwork Rotativo	0,75%	25/02/2017	(62.154)	(578.894)	(641.048)
CCB	0,75%	25/05/2027	(57.504)	(542.498)	(600.002)
Uniwork Rotativo	0,75%	25/03/2017	(59.466)	(540.534)	(600.000)
CCB	0,49%	25/03/2017	(60.146)	(539.854)	(600.000)
Capital de Giro	2,95%	05/02/2020	(115.189)	(255.015)	(370.204)
Juros a incorrer	-	-	-	273.107	273.107
			(2.443.634)	**(10.327.755)**	**(12.771.389)**

12.ACORDO COM FORNECEDORES - Representado por acordos realizados com fornecedores e prestadores de serviços médicos no montante de R$1.122.049 (R$1.152.973. em 31 de dezembro de 2015).

13.OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2016	2015
Férias a pagar	2.852.621	2.139.264
Acordos trabalhistas	2.220.382	147.713
Salários	1.255.773	1.328.118
FGTS	766.332	522.000
Rescisões	73.120	119.424
Empréstimos consignado	32.153	56.508
13º Salários	12.244	-
Pensão alimentícia	5.087	-
Plano odontológico	-	57.259
Sindicato	-	837.838
	7.217.712	**5.208.124**

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2016	2015
INSS	6.188.788	2.893.996
IRRF honorários	3.329.318	2.416.628
Contribuições retidas	2.230.210	1.390.792
IRRF funcionários	1.750.220	1.006.537
Pis sobre folha	494.959	267.641
IRRF alugueis	1.964	1.964
Provisão para juros e multa	-	3.344.997
INSS terceiros	-	912.329
	14.067.892	**15.413.056**

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PARCELAMENTO

	2016 Circulante	2016 Não circulante	2015 Circulante	2015 Não circulante
FGTS	935.529	8.246.732	133.774	5.777.347
ISSQN	-	9.001.678	618.394	2.569.073
Ressarcimento SUS	33.983	6.432.466	33.983	5.908.283
Taxa de lixo	809.448	-	7.128	122.405
INSS	2.200	664.127	2.200	668.338
Juros a apropriar	-	-	-	(503.033)
	1.781.160	**24.345.003**	**795.479**	**14.542.413**

16.FORNECEDORES - NÃO CIRCULANTE - Refere-se basicamente ao acordo realizado com a SANASA para pagamento até junho de 2034, em parcelas mensais de R$29.082.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Provável	Possível	Remoto
Trabalhista	563.000	1.800.431	451.000
Cível	110.500	2.455.126	337.000
	673.500	4.255.557	788.000
Provisão para contingências reconhecida no passivo	673.500		
Suficiência/Insuficiência de provisão	-		

Conforme nota explicativa nº 08, os valores de processos tributários que estavam em andamento foram reclassificados para a rubrica de Tributos - Pró-SUS.

18.RECEITA LIQUIDA

	2016	2015
Convênios	38.480.952	37.350.556
SUS - Sistema Único de Saúde	14.047.750	10.881.716
Mensalidades dependentes	570.346	-
Particular	286.491	633.174
Glosas recuperadas	84.588	-
	53.470.127	**48.865.446**

19.CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2016	2015
Salários, encargos e outros benefícios	(27.516.714)	(21.745.958)
Honorários médicos	(19.143.561)	(17.017.532)
Materiais e medicamentos	(8.900.818)	(8.839.328)
Despesas operacionais	(3.027.494)	(5.016.719)
Lavanderia	(843.715)	-
Alimentação	(669.996)	(533.661)
(-) Recuperação de custos	2.266.926	3.389.650
	(57.835.372)	**(49.763.548)**

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015. (Valores expressos em reais)

	nota	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA	**18**	**53.470.127**	**48.865.446**
Custo dos serviços prestados	19	(57.835.372)	(49.763.548)
RESULTADO BRUTO		**(4.365.245)**	**(898.102)**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	20	(2.694.183)	(4.753.364)
Gerais e administrativas	21	(22.629.484)	(26.631.978)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas	22	18.238.705	29.199.951
		(7.084.962)	**(2.185.391)**
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS (DESPESAS) E RECEITAS FINANCEIRAS		**(11.450.207)**	**(3.083.493)**
Despesas financeiras	24	(7.995.915)	(6.846.467)
Receitas financeiras	24	378.798	153.335
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		**(19.067.324)**	**(9.776.625)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (método indireto). (Valores expressos em reais)

	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDAS OPERACIONAIS		
Superávit / Déficit do exercício	**(19.067.324)**	**(9.776.625)**
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Ajustes de exercicios anteriores	(7.914.152)	(1.922.887)
Ajustes para adequação do imobilizado	(704.065)	1.557.299
Depreciações (imobilizado)	2.078.013	1.260.936
Reversão Depreciações de bens destinados a renda (investimentos)	(1.678.381)	132.768
Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	806.147
	(27.285.909)	**(7.942.362)**
(Aumento) diminuição dos ativos:		
Clientes	2.423.887	(662.569)
Estoques	5.044	270.809
Impostos a recuperar	-	21.940
Adiantamentos	(7.485)	37.156
Outros créditos - não circulante	7.641.325	(2.344.598)
Depósitos judiciais - não circulante	(178.285)	(46.339)
Aumento (diminuição) dos passivos:		
Fornecedores	(1.887.024)	32.150
Acordos com fornecedores	(30.924)	(271.062)
Honorários médicos	290.958	(424.569)
Obrigações tributárias	(1.345.164)	8.659.585
Obrigações tributárias (Parcelamento)	985.681	(646.177)
Obrigações sociais	2.009.588	331.179
Adiantamento de clientes	7.654.882	647.602
Outras contas a pagar	(156)	(1.738)
Acordos com fornecedores - não circulante	(240.000)	1.300.000
Provisão de contingências - não circulante	(1.829.381)	81.488
Obrigações tributárias (Parcelamento) - não circulante	9.802.590	927.485
Fornecedores - não circulante	(121.144)	(510.182)
	25.174.392	**7.402.160**
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (CONSUMIDOS NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(2.111.517)**	**(540.202)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições de bens do ativo imobilizado	(598.569)	(1.044.045)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(598.569)**	**(1.044.045)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Emprestimos e financiamentos - circulante	(722.099)	(2.024.567)
Emprestimos e financiamentos - não circulante	3.263.817	3.740.228
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**2.541.718**	**1.715.661**
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, DE INVESTIMENTOS E DE FINANCIAMENTOS	**(168.368)**	**131.414**
A VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIV. DE CAIXA É ASSIM DEMONST.:		
No início do período	320.987	189.573
No fim do período	152.619	320.987
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(168.368)**	**131.414**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

20.DESPESAS COM PESSOAL

	2016	2015
FGTS	(2.043.323)	(1.248.393)
Salários	(575.736)	(3.328.444)
INSS	(52.652)	(96.178)
Assistência médica	(22.439)	(63.146)
Vale transporte	-	(17.203)
	(2.694.183)	**(4.753.364)**

21.DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Quota patronal	(4.992.617)	(4.603.678)
Gratuidade	(3.384.104)	(1.915.989)
Conservação e limpeza	(2.477.283)	(2.443.420)
Serviços prestados	(2.311.988)	(3.311.625)
Depreciação	(1.591.544)	(1.347.713)
Água	(1.395.149)	(1.187.166)
Manutenção e reparos	(1.344.005)	(2.103.333)
Locação	(594.258)	(331.969)
Glosas	(578.985)	(398.861)
Telefone	(530.349)	(333.304)
Ressarcimento ao SUS	(524.184)	(503.994)
Honorários advocatícios	(381.938)	(50.126)
Provisão para perda sobre créditos	(376.898)	(544.524)
Contigência	(349.869)	(2.643.770)
Aluguel	(321.005)	(219.018)
Refeições	(235.379)	(314.382)
Associação de classe	(231.775)	(45.371)
Vigilância	(171.608)	(2.262.782)
Legais e trabalhistas	(157.370)	(247.418)
Copa e cozinha	(131.948)	(99.289)
Materiais de escritório	(109.202)	(64.592)
Honorários serviços técnicos	(105.300)	(116.179)
Outras despesas	(78.682)	(52.579)
Cursos e palestras	(54.035)	(7.107)
Correios	(39.092)	(19.430)
IPTU	(29.202)	(25.274)
Honorários consultoria	(21.600)	(330.905)
Combustíveis	(20.230)	(22.268)
Uniformes	(18.138)	(48)
Seguro	(13.662)	(15.894)
Honorários auditoria	(12.589)	(7.455)
Impostos e taxas	(11.944)	(55.934)
Assistência religiosa	(10.247)	(15.040)
Viagem	(6.629)	(3.122)
Eventos	(5.861)	(7.505)
Publicidade e propaganda	(3.736)	(7.303)
Consumo	(3.377)	(3.884)
Jornais e revistas	(3.328)	(2.031)
Condução	(203)	(823)
Cópias	(171)	(165)
Isenção	-	(966.308)
Fretes e carretos	-	(400)
	22.629.484	**(26.631.978)**

22.1 GRATUIDADE

	2016	2015
Quota patronal	(4.992.617)	(4.603.678)
Gratuidade	(3.384.104)	(1.915.989)
	(8.376.721)	**(6.519.667)**

A Entidade está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, processo nº 025.413/66, deferido em sessão realizada em 06 de setembro de 1966, e aguarda a renovação do seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social ("CEBAS/Saúde"). No ano de 2016 os gastos com gratuidades foram de R$3.384.104 (R$1.915.989 em 2015), conforme determina a portaria nº 1.970 de 16/08/2011. A isenção usufruída pela Entidade em 2016, referente cota patronal + SAT foi de R$4.992.617 (R$4.603.678 em 2015).

22. OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS LIQUIDAS

	2016	2015
Quota patronal	4.992.617	4.603.678
Gratuidade	3.384.104	1.915.989
Outras receitas	7.970.404	7.238.660
Doações e bonificações	1.515.055	1.857.976
Aluguel	326.350	340.758
Glosas	75.853	276.983
Repactuação da venda de carteira (ASPB)	-	12.000.000
Isenção	-	966.308
Outras despesas	(25.678)	(401)
	18.238.705	**29.199.951**

23. (DESPESAS) E RECEITAS FINANCEIRAS

	2016	2015
Juros e multa	(7.541.395)	(6.225.314)
Cartório	(240.677)	(217.399)
Despesas bancárias	(123.902)	(149.164)
Comissão	(85.989)	(170.675)
Variação monetária	(3.952)	(17.595)
Descontos concedidos	-	(66.320)
Despesas financeiras	(7.995.915)	(6.846.467)
Descontos obtidos	307.699	77.854
Rendimentos de aplicações	53.663	53.311
Depósitos judiciais	17.436	22.170
Receitas financeiras	378.798	153.335

24. SEGUROS - A Administração da Entidade adota uma política de seguros que considera principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes, levando-se consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. **25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS** - As transações financeiras efetuadas pela Entidade em 2016 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar com vencimento de curto prazo, empréstimos, financiamentos de cunho operacional. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado. A Entidade não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco nos exercícios de 2016. **26.PLANO PARA CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES** - Embora a Entidade ainda tenha déficit e dificuldade financeira, a mesma vem buscando promover internamente um programa de governança corporativa, que visa a redução de seus déficits e o aumento de liquidez financeira. **27.EVENTOS SUBSEQUENTES** - Não ocorreram, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, eventos que devessem refletir em ajustes ou divulgação em notas explicativas.

Cláudio Amatte - 1°Vice Presidente | **Dr. Hélio Pupo - 2º Vice Presidente** | **José Henrique Moreira Lopes - Diretor Financeiro** | **Valdirene De Carvalho Suzzio - Contadora- CRC 1SP192562/O-9**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência inscrita com o C.N.P.J. (MF) n.º 46.030.318/0001-16, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, após examinarem o Balanço Patrimonial, as respectivas Demonstrações de Resultados e os registros contábeis pertinentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do parecer dos auditores independentes Evolução Auditores Independentes S.S. Ltda., concluem que as peças examinadas traduzem, adequadamente, a situação patrimonial e financeira da Instituição. Campinas, 30 de março de 2017. Antonio Ramon Zanaga Aboin Gomes - Presidente; Ernéa Martins - Membro; João Batista Gadia - Secretário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência. Campinas - SP**. Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais politicas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases** - Programa PRÓ-SUS - A Entidade aderiu ao programa PRÓ-SUS, que entre outros assuntos, instituiu moratória dos tributos federais às entidades sem fins lucrativos, permitindo a remissão dos tributos em atraso conforme pagamento dos tributos federais vincendos. Com isso, a Administração da Entidade contabilizou como ativo não circulante em contrapartida com o patrimônio líquido, um saldo de R$49.018.910, relativos ao benefício econômico futuro da moratória e remissão das dívidas tributárias, que ocorrerão conforme descrito na nota explicativa nº 08. A permanência da Entidade no programa PRÓ-SUS, bem como a manutenção dos benefícios econômicos e tributários, é condicionada ao cumprimento, cumulativo, dos requisitos legais do programa, que compreendem entre outras obrigações, os pagamentos dos tributos federais vincendos. Caso a Entidade seja desqualificada do programa PRÓ-SUS, os saldos contabilizados deverão ser estornados tanto do ativo não circulante, quanto do patrimônio líquido. Nessa circunstância, o passivo deverá ser reclassificado para o passivo circulante, em virtude de sua exigência imediata. Continuidade das operações - Conforme nota explicativa nº 26, a Entidade enfrenta dificuldades financeiras, sucessivos déficits e baixos índices de liquidez, contudo, a Administração vem buscando, por meio de um programa de governança corporativa, a redução de seus déficits e melhor liquidez financeira. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações e não possuem ajustes em caso de descontinuidade. **Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior** - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria, datado de 22 de fevereiro de 2016, foi emitido sem ressalva e com paragrafo de ênfase referente o risco de descontinuidade e adesão ao Pró-Sus. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ·Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ·Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ·Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ·Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ·Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 13 de fevereiro de 2017

Evolução Auditores Independentes S.S. Ltda

CVM nº 12.602 - CRC 2SP027695/O-7

Alexandre Ferretti Reginaldo – Sócio-contador - CRC 1SP254620/O-0

Fabiano Araújo Vieira – Sócio-contador - CRC 1SP257903/O